



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXIX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS **SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 2025**

Análise da cesta básica no município de Feira de Santana e sua influência no poder de compra do consumidor

Milena Andrade Deo¹; Leandro Batista Duarte²

1. Milena Andrade Deo, PROBIC/UEFS, CIÊNCIAS ECONÔMICAS, e-mail: milenaadeo@gmail.com

2. Leandro Batista Duarte, DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, e-mail: lbduarte@uefs.br

PALAVRAS-CHAVE: Cesta básica; Inflação; Salário mínimo

INTRODUÇÃO

A economia brasileira sofreu muito com a inflação na década de 1980 e início da década de 1990, até que entrasse em vigor o Plano Real. Entretanto, o consumidor brasileiro somente conseguiu ter controle de suas finanças após a estabilização da economia com o Plano Real, que entrou em vigor no ano de 1994 (Lacerda et al., 2000). Dessa forma, a inflação retira parte do poder de compra dos consumidores, impactando diretamente no desenvolvimento (Da Silva, 2015). O valor da cesta básica constitui um indicador relevante do custo de vida e da aferição do poder aquisitivo do trabalhador. A cesta básica faz parte de um grupo seletor que compõe o índice de Preços ao Consumidor (IPC). De acordo com a Constituição Federativa Brasileira de 1988, o salário mínimo precisa ser reajustado pela inflação. O Decreto de Lei Nº 399 estabelece o salário mínimo e as quantidades diárias de alimento que um trabalhador deve ingerir para sobreviver. Sendo assim, o presente estudo fez uma análise de quanto o valor da cesta básica comprometeu mensalmente o salário mínimo no ano de 2022. Considerando a relevância do tema, esta pesquisa teve como objetivo analisar como o custo da cesta básica impossibilita a maior dedicação para a realização de outras atividades, impedindo que o consumidor feirense possa despendar maior parte da sua renda com outras atividades e segmentos, além de que uma cesta básica com custo alto pode comprometer a segurança alimentar do indivíduo e de sua família.

MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa foi desenvolvida através de uma ampla revisão de literatura e da coleta de informações acerca dos preços dos produtos que compõem a cesta básica no município de Feira de Santana (BA). Os dados acerca da cesta básica em Feira de Santana serão obtidos a partir de informações no âmbito do Programa intitulado, “CONHECENDO A ECONOMIA FEIRENSE: Custo da Cesta Básica e Indicadores Socioeconômicos”, e pelo projeto de pesquisa intitulado “CESTA BÁSICA NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA: análise sobre o comportamento e fatores determinantes do preço da cesta”, e desenvolvido pelo curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). O período analisado compreendeu os 12 meses do ano de 2022. A

ideia inicial foi apresentar uma série histórica das principais variáveis que influenciam e são influenciadas pelo custo da cesta básica. Primeiramente, o estudo fez o levantamento dos preços mensais dos itens (12 produtos) que compõem a cesta básica, em Feira de Santana, nos estabelecimentos das regiões cadastradas. Com os preços, é possível realizar uma média aritmética, que, multiplicada pelas quantidades definidas, indica o gasto mensal do trabalhador com cada produto, cuja soma é o custo mensal da cesta básica. Então, foi realizado o cálculo das horas que o trabalhador tem que laborar para comprar a cesta básica mensalmente, tendo como parâmetro de renda, o salário mínimo do ano de 2022. Estas informações estão disponíveis no sistema do Programa citado. Para saber qual foi a jornada de trabalho mensal necessária para adquirir a cesta básica, basta dividir o custo da cesta pelo salário e multiplicar pela jornada de trabalho adotada na Constituição (220 horas/mês, desde outubro de 1988) (DIEESE, 1993).

RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO

No Brasil, o Decreto Lei nº 399/38 estabelece o salário mínimo como remuneração básica do trabalhador e dá provisões sobre a cesta básica. Fazendo análise da Tabela 1, o trabalhador brasileiro com o rendimento fixado pelo salário mínimo está recebendo menos da metade do que deveria receber para se manter de forma digna e para que possa atender todas as suas necessidades e de sua família. Fazendo uma análise para o ano de 2022, avaliando o salário mínimo nominal e necessário, é possível avaliar o poder de compra do consumidor. Na terceira coluna, é mostrada a porcentagem do salário mínimo nominal em relação ao salário mínimo necessário.

Tabela 1. Salário mínimo nominal e necessário para a cesta básica no Brasil em 2022.

Período	Salário Mínimo Nominal	Salário Mínimo Necessário	Porcentagem
Janeiro	R\$ 1.212,00	R\$ 5.997,14	20,21%
Fevereiro	R\$ 1.212,00	R\$ 6.012,18	20,15%
Março	R\$ 1.212,00	R\$ 6.394,76	18,95%
Abril	R\$ 1.212,00	R\$ 6.754,33	17,94%
Maio	R\$ 1.212,00	R\$ 6.535,40	18,54%
Junho	R\$ 1.212,00	R\$ 6.527,67	18,56%
Julho	R\$ 1.212,00	R\$ 6.388,55	18,97%
Agosto	R\$ 1.212,00	R\$ 6.298,91	19,24%
Setembro	R\$ 1.212,00	R\$ 6.306,97	19,21%
Outubro	R\$ 1.212,00	R\$ 6.458,86	18,76%
Novembro	R\$ 1.212,00	R\$ 6.575,30	18,43%
Dezembro	R\$ 1.212,00	R\$ 6.647,63	18,23%

Fonte: DIEESE, 2024.

Em relação à segurança alimentar, as informações obtidas em pesquisa, oriundas do IBGE, contemplam apenas o estado da Bahia. A Tabela 3 mostra que 37,4% dos domicílios do estado estão em situação de segurança alimentar. Por outro lado, 62,6%

dos domicílios da Bahia estão em situação de insegurança alimentar leve, moderada e grave, ou seja, mais da metade dos domicílios.

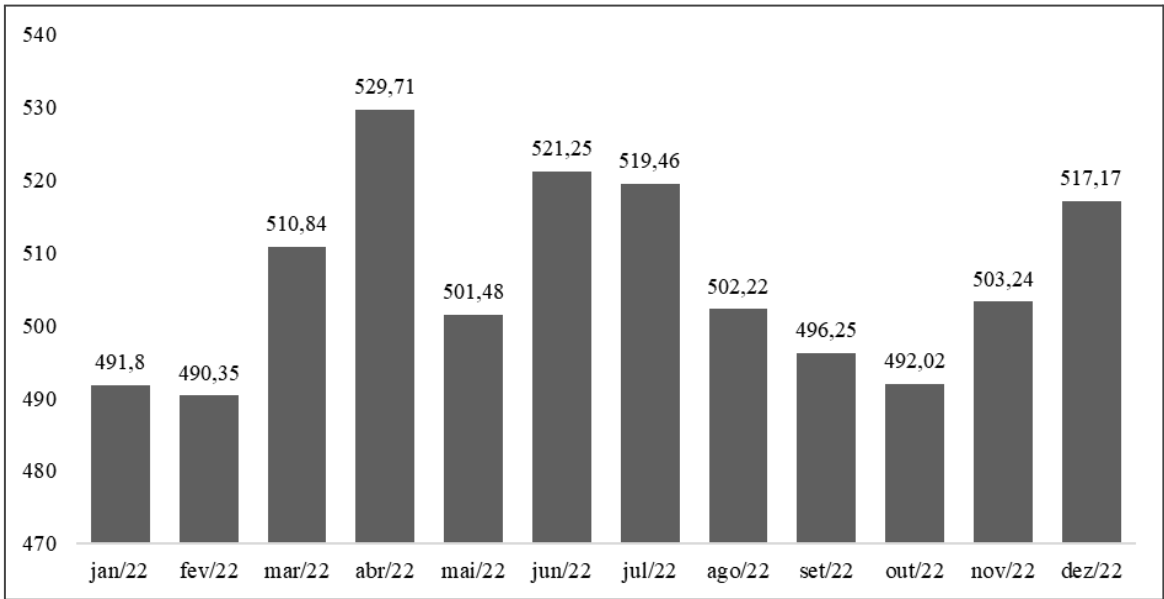
Tabela 3. Dados sobre segurança alimentar na Bahia em 2022.

Domicílios particulares	Quantidade de unidades
Em situação de segurança alimentar	37,4%
Em situação de insegurança alimentar leve	36,2%
Em situação de insegurança alimentar moderada	15,0%
Em situação de insegurança alimentar grave	11,4%

Fonte: IBGE, 2023.

A Figura 3 apresenta o comportamento da cesta básica em Feira de Santana em 2022. Percebe-se que um trabalhador que recebe até um salário mínimo, que representa uma elevada parcela da população de Feira de Santana, tem de despender pouco mais de 40% da sua renda apenas com a cesta básica. Este indivíduo acaba tendo que ajustar suas contas na parte restante da sua renda. Dessa forma, o cidadão pode ter de optar por comprar alimentos de menor ou baixa qualidade, impactando diretamente na sua segurança alimentar, ou pode ter de renunciar a outras necessidades, como investir em educação, lazer, saúde ou outra atividade de sua necessidade (Figura 3).

Figura 3. Evolução mensal do custo da cesta básica em Feira de Santana (BA) em 2022.



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Dessa forma, o salário mínimo ainda precisa aumentar muito para ser condizente com o que prevê a Constituição Federal de 1988. É importante destacar que no período pesquisado, a cesta básica alimentar, em Feira de Santana, comprometeu sempre entre 43% a 48% do salário mínimo. Esses são percentuais altos para trabalhadores assalariados, uma vez que, o salário deve atender as necessidades do cidadão para manter uma vida considerada digna. Além disso, o alto valor da cesta básica impacta no desenvolvimento de outros setores, tendo como horizonte que a renda média dos

municípios é baixa e, como visto em economia, as demandas são infinitas e os recursos são finitos e escassos. O consumidor feirense, não obstante dos demais, tem essa infinidade de demandas, mas está limitado ao que sua renda pode lhe proporcionar. É possível que por conta do alto custo da cesta básica, somado aos baixos salários, muitos feirenses tenham de abrir mão de se qualificar profissionalmente e de se inserir em um campo de atuação que remunere melhor e garanta que atinjam os meios e objetivos do desenvolvimento. A economia local também perde ao deixar de absorver profissionais melhor qualificados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo partiu da premissa de que a inflação de modo geral e a inflação da cesta básica corroem o poder de compra do consumidor feirense, fazendo com que o indivíduo sempre gaste mais com os produtos alimentícios de sua subsistência. A pesquisa obteve algumas limitações por ausência de dados que poderiam a enriquecer mais, mas que não inviabilizaram a conclusão desta. Mesmo havendo reduções da cesta básica no período analisado, o valor da ração mínima ainda é bastante alto e compromete significativamente parte do salário mínimo vigente em 2022, colocando em xeque a segurança alimentar do feirense, o privando de adquirir produtos alimentares de maior qualidade. Também inviabiliza a aquisição de melhores serviços de educação, saúde, moradia digna e outras necessidades básicas, que deveriam ser garantidas pelo valor integral do salário mínimo, atualmente em média três vezes inferior ao necessário, gerando impacto negativo no desenvolvimento. Portanto, a população de Feira de Santana vem sendo privada de garantir suas liberdades individuais, pois não possui a liberdade de escolha para definir a cesta de bens e serviços que melhor contemple sua demanda, não conseguindo, desta forma, atingir integralmente os fins do desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Decreto-lei nº 399, de 30 de abril de 1938. Aprova o regulamento para execução da lei n. 185, de 14 de janeiro de 1936, que institui as Comissões de Salário Mínimo. Lex: coletânea de legislação. Edição federal, São Paulo, v. 7, 1943.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Metodologia da Cesta Básica Nacional – Versão preliminar. 1993. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/rel/rac/metodologia.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2024.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Nota à Imprensa. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2022/202212cestabasica.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2024.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Inflação. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>. Acesso em: 15 dez. 2024.
- LACERDA, A. C de et al. Economia Brasileira. 1ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- SILVA, P. A. T. Análise da cesta básica no município de Santana do Ipanema e sua relação com o desenvolvimento. 2015. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Curso de Economia. Universidade Federal de Alagoas – UFAL, 2015.